

**ATA DA 24.ª REUNIÃO,
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2022**

Aos dezanove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município e nas instalações do Edifício.

Membros Eleitos presentes na Sessão: Paulo Jorge Lopes Teixeira, em substituição de Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Miguel Botelho Gomes Barbosa; Marta Maria Pinto Monteiro Vieira de Araújo, em substituição de Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Fernanda Perpétua Rodrigues; Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; João Tiago de Sousa Pinto Guimarães, em substituição de Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Odete Maria Alves da Silva Patrício; Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Luís Artur Ribeiro Pereira; Rui Carlos Morais Lage; Fernando Pedro Mouta Monteiro; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce de Leão; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; Rui Pedro da Silva Afonso; Marco Regis Lacomblez Leitão, em substituição de Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Sofia da Costa Pimenta de Sá Azevedo; Ana Paula Pinto Coelho Lopes Lobo Cardoso, em substituição de Patrícia Filipa Moreira Teixeira; João Paulo Marques de Carvalho; José Manuel Pinto Varela; Alfredo dos Santos Fontinha; Nuno Miguel Borges Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça

da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles, em substituição de Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; Maria de Fátima Ferreira da Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Às 21 horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes **42 Membros** da Assembleia Municipal.

Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo**, declarou aberta a Sessão.

Entrou na Sala Rui Lage, Líder do Grupo Municipal PS.

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

(art.º 40.º Regimento)

– Ponto Único –

Direito à Alimentação no Porto: Políticas de Produção, Distribuição e Consumo.

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, informou os Membros da existência de um ponto único apresentado pelo Bloco de Esquerda e a propósito do qual tinham sido apresentadas oito recomendações, quatro do Grupo Municipal BE e quatro do Grupo Municipal CDU. Perguntou se existiam questões prévias a colocar à Mesa.

Isabel Ponce de Leão, Membro do Grupo Municipal RM, fez uma observação sobre a curta antecedência de envio dos documentos relativos às propostas, ainda que dentro do tempo estabelecido na lei, não dando tempo suficiente para uma devida análise, constituindo um convite à desonestidade intelectual ou uma barreira ao contraditório.

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, disse que esse poderia ser um assunto alvo de apreciação em sede de regimento no futuro, mas que no momento era aquele o enquadramento.

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra a **Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE**, para a intervenção inicial.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, cumprimentou os presentes e iniciou a sua apresentação, lendo o poema “Arroz de Tomate (em quantidade incerta)” de Ana Luísa Amaral.

Afirmou a importância de se debater a alimentação enquanto um dos direitos mais elementares do ser humano, dizendo que nem todos têm acesso igual a uma alimentação saudável.

Falou sobre o impacto que as crises económicas e financeiras têm sobre a soberania, saúde e segurança alimentar das populações e sobre as alterações climáticas.

Apresentou números sobre o acesso à alimentação em Portugal e citou a Bastonária da Ordem dos Nutricionistas sobre as possíveis consequências causadas pela dificuldade de acesso a uma alimentação saudável.

Referiu as responsabilidades inerentes às Autarquias, e também as recentemente adquiridas no domínio da alimentação, nomeadamente a escolar, enquanto parceiros do Ministério da Saúde na prevenção de desigualdades, doenças e outras condições resultantes de uma incorreta nutrição.

Mencionou o Pacto de Milão para a Alimentação Urbana, os seus pressupostos e recomendações.

Disse que as recomendações constantes na Proposta do Grupo Municipal BE não são uma crítica, mas uma base de discussão.

Falou sobre o projeto já existente de hortas municipais ou comunitárias e de produção em cooperativas para abastecimento de bens alimentares ao Município como exemplos a divulgar, em contraponto aos modelos das grandes superfícies, utilizando para isso plataformas digitais como as já utilizadas nos programas de promoção do comércio tradicional.

Referiu que, a meio da tarde, o Grupo Municipal tinha tido conhecimento sobre a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto relativamente a esta proposta, que a apelidou de escandalosa, por fazer concorrência ao Mercado do Bolhão e cujo conteúdo o Grupo Municipal estranhou por parecer uma antecipação e precipitação face ao debate em Assembleia. Realçou que o Grupo Municipal BE sempre tinha estado envolvido nas decisões do Senhor Presidente sobre o projeto referido.

Chamou a atenção para o facto de a proposta recomendar a criação de um Conselho Municipal de Alimentação no Porto alicerçado na Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, aumentar as hortas urbanas, proceder à compra de bens junto de produtores locais, incluindo no Mercado do Bolhão, para fornecer as cantinas e garantir o acesso a uma alimentação saudável. Recomenda também a redução das taxas de feiras e mercados em 50% durante um ano, como em Lisboa, a utilização e criação de *apps* ou

plataformas digitais para os produtores locais poderem escoar os seus produtos em proximidade e reduzir as emissões de carbono, à semelhança do que já acontece em Mértola.

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, informou que estava aberto o debate.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, cumprimentou os presentes e afirmou que a Assembleia terá o regimento e regulamento que bem entender, mas que o Executivo tem também a legitimidade de escolher participar nos trabalhos e de responder às questões que ali surgirem.

Confessou que, tendo tido conhecimento que o Bloco de Esquerda tinha proposto a presente Assembleia potestativa questionou, às 12h do dia da Sessão, se tinham entrado recomendações para que o Executivo pudesse apreciar as mesmas e colaborar com a discussão. Verificou-se que as recomendações apresentadas pelos Grupos Municipais da CDU e do BE tinham entrado após essa hora, dificultando o trabalho do Executivo na colaboração com as Sessões.

Fez uma segunda observação sobre a intervenção da Líder do Grupo Municipal BE, Susana Constante Pereira, dizendo que o tempo disponível para apresentar a proposta tinha sido utilizado para tecer considerações sobre uma entrevista dada por ele nessa tarde, o que contraria o propósito da Sessão, dirigindo-se uma vez mais ao Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, para reforçar a ideia de que assim não vale a pena o Executivo vir a estas Sessões para intervir.

Seguidamente, referindo a abertura da intervenção por parte da Líder do Grupo Municipal BE, Susana Constante Pereira, com um poema de Ana Luísa Amaral, disse que iria usar palavras de uma música de Pedro Abrunhosa, “vamos fazer o que ainda não foi feito”, para dizer que o Grupo Municipal BE parece querer antes dizer vamos desfazer o

que acabou de ser feito, tendo sido esta a sua conclusão relativamente à proposta apresentada.

Disse conhecer bem o Pacto de Milão e referiu que nem tudo o que consta no mesmo se refere a competências dos municípios, mas que, na parte III do pacto se podem encontrar recomendações perfeitamente aplicáveis ao que se passa atualmente no Mercado do Bolhão.

Reconheceu o apoio do Grupo Municipal BE ao projeto do Bolhão, mas disse entender que esta proposta era um contraditório, lendo parte do documento da proposta.

Disse que iria explicar o que se passava no Mercado do Bolhão, para comparação, referindo que o mercado tem setenta bancas adjudicadas, das quais cinquenta e nove históricas, existindo ainda nove vagas; dez restaurantes adjudicados, três dos quais históricos; lojas arrendadas, vinte e seis históricas e seis vagas.

Informou que foi feito um levantamento exaustivo e que só 13% dos comerciantes do mercado são residentes no Porto e que a maioria é residente na Área Metropolitana do Porto.

Informou também que 10 a 20% tem produção própria vendendo os próprios produtos, mas também fornecendo outros comerciantes. Os restantes produtos são comprados no Mercado Abastecedor.

Disse que todos têm, pelo menos, um cliente profissional e que os restaurantes adquirem 30% dos seus produtos no mercado e que os novos restaurantes têm como exigência comprar 10% dos seus produtos no local, mas que se comprometeram a comprar entre 65 e 70% dos seus produtos no Bolhão.

Disse ainda que todos os comerciantes do Bolhão estão registados na plataforma Shop In Porto e que o mercado tem um espaço para desenvolver *workshops* para promoção de produtos e que vão existir várias ações e campanhas relacionadas com a alimentação. Afirmou ter ficado confuso com a proposta de criação de um novo modelo, quando o do Mercado do Bolhão funciona com o mesmo propósito.

Leu seguidamente uma síntese dos documentos apresentados pelos Grupos Municipais BE e CDU, lembrando aos Membros que tinha pedido para serem distribuídas pastas com a informação que seguidamente iria abordar.

Falou sobre Educação e o impacto negativo que a má nutrição pode ter no desenvolvimento cognitivo e rendimento escolar, visando o fornecimento de alimentação escolar atualmente implementada educar e proporcionar ementas saudáveis no cumprimento com a legislação.

Referiu que nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro, segundo e terceiro ciclos e secundário, em que a alimentação é assegurada por empresas externas, o Município, através da medida escola solidária, chama a si as refeições do almoço e lanche em tempo de férias e interrupções letivas, alargando este programa aos irmãos com idades compreendidas entre os três e dez anos de idade, mesmo que não estejam inscritos em escolas públicas da rede de ensino do Porto.

Apresentou números relativos às refeições distribuídas no ano anterior e ao número de alunos abrangidos, medidas e programas criados para uma alimentação saudável e combate ao desperdício alimentar, falou sobre a contratação de três nutricionistas pela Direção Municipal de Educação para ajudar a gerir a alimentação de toda a rede camarária de acordo com o Plano Municipal de Saúde.

Referiu-se ao prémio atribuído ao Município do Porto pela Associação Portuguesa dos Mercados Públicos pela aquisição de serviços de cantinas que permitiu criar sustentabilidade social.

No campo da Coesão Social referiu a coordenação de várias instituições públicas e privadas através do NPISA – Núcleo para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, que permitiu o mapeamento dos pontos de distribuição de refeições na rua e apresentou números relativos ao número de refeições confeccionadas distribuídas por ano.

Passou depois ao tema das hortas urbanas, referindo-se à colaboração de Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, na sua criação quando era Vereador e dizendo que seria muito difícil ampliar esta rede por escassez de terrenos.

Disse também que poderia até ser inconveniente a Câmara Municipal estar a apoiar estes pequenos produtores a fazer concorrência aos produtores do Bolhão e que o atual programa é sensato.

Voltou a referir-se ao curto espaço de tempo que os participantes tiveram para a análise da documentação e preparação para a Sessão.

Entraram na Sala Miguel Barbosa, Membro do Grupo Municipal RM, **Sílvia Soares e Nuno Borges**, Membros do Grupo Municipal PSD.

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, tomou a palavra, dizendo que concordava que havia alguns aspetos do regimento que teriam de ser revistos, incluindo a hora limite de apresentação das propostas.

Falou também da referência do Senhor Presidente da Câmara à entrevista dada nessa tarde e as correspondentes declarações de **Susana Constante Pereira**, Líder do Grupo Municipal BE, na sua intervenção.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, disse que se tinha tornado habitual o Bloco de Esquerda fazer declarações antes da Assembleia sobre assuntos que serão discutidos na mesma, pelo que considerava normal o Presidente da Câmara poder também fazer declarações no mesmo âmbito.

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, respondeu que não teceria considerações sobre esse facto, apenas tinha referido a situação por não ter percebido uma parte da intervenção do Bloco de Esquerda até ouvir esse esclarecimento, por ter estado numa conferência e não ter ouvido a entrevista.

Deu então a palavra aos Grupos Municipais que quisessem intervir na discussão das propostas, que não teriam ordem específica de discussão, mas sim de votação.

Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal RM, salientou haver uma linha comum nas propostas apresentadas, com uma sobreposição de aparência e ideologia face aos interesses dos munícipes, resultando na redução de eficiência económica no setor da alimentação.

Falou seguidamente das preocupações manifestadas pelos Grupos Municipais da CDU e BE relativamente à pressão urbanística *versus* a pretendida duplicação de área para práticas de agricultura de subsistência, que não considera ter expressão económica para justificar a medida.

Referiu-se de seguida às questões sobre preferência de produtores nacionais em detrimento dos internacionais e à fixação de preços que levarão, na sua opinião, a uma escassez de alimentos, pelo que iria votar contra.

Fernanda Rodrigues, Membro do Grupo Municipal PS, tomou a palavra para dizer que aquele era um debate fundamental, usando o conteúdo da proposta do Bloco de Esquerda para enquadrar a mesma no contexto nacional e internacional, bem como nos direitos fundamentais da Humanidade e no papel necessário dos Estados para assegurar essas orientações e direitos.

Disse depois que, também Portugal estava vinculado ao compromisso de direito à alimentação saudável e à vida, levando o país, em 2012, a criar um programa nacional para assegurar o acesso aos alimentos para todos, passando depois a elencar os objetivos e ações traçados para atingir os seus objetivos.

Falou também sobre o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o seu âmbito de atuação e citou algumas palavras ditas pela Bastonária da Ordem dos Nutricionistas sobre a necessidade de assegurar o acesso a uma alimentação saudável a todos os cidadãos.

Relembrou o que a Constituição inscreve sobre este direito e qual o papel das autoridades a nível nacional, regional e local neste aspeto e que, assim, o Porto deve ajustar os seus programas à realidade do município.

Falou depois sobre o sentido de voto do Grupo Municipal do PS e disse pensar ser preferível votar as propostas ponto por ponto e não na sua totalidade, dizendo que, caso o sejam, o sentido de voto para a proposta nº. 1 do Grupo Municipal BE, com três pontos, seria de abstenção no primeiro, e favorável aos outros dois pontos.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, questionou se já estava decidida a votação ponto a ponto, ao que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que Fernanda Rodrigues, Membro do Grupo Municipal do PS, estava dentro do seu tempo de intervenção e por isso poderia ocupá-lo como entendesse.

Fernanda Rodrigues, Membro do Grupo Municipal PS, referiu que, na segunda proposta, o ponto um teria voto favorável, os pontos dois e três teriam votos contra e se absteriam no ponto quatro; na terceira proposta, com três pontos, iriam votar favoravelmente o primeiro, iriam abster-se no segundo e seriam contra o terceiro; na última proposta, iriam ser favoráveis ao primeiro ponto e contra os dois seguintes.

Nas propostas da CDU, seriam favoráveis à proposta “Incentivo Local ao Consumo de Produtos Alimentares Nacionais”, nos seus três pontos; na proposta “Mercado de S. Sebastião” votariam favoravelmente os três pontos; na recomendação “Hortas Urbanas” votariam a favor dos três pontos; na recomendação «Pela Rápida Abertura do “Feiródromo”» iriam abster-se por terem dúvidas relativamente àquele espaço e às atividades para ele propostas.

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, no seguimento de questão colocada por Fernando Monteiro do Grupo Municipal PSD, reforçou que não

poderia interromper o Membro que estava a falar dentro do seu tempo, mas que confirmava que ainda votariam se as propostas seriam deliberadas na sua totalidade ou ponto por ponto. Aceitou de seguida uma breve interpelação de Raúl Almeida, Membro do Grupo Municipal RM.

Raúl Almeida, Membro do Grupo Municipal RM, disse que os grupos que apresentaram as propostas seriam soberanos sobre a forma de votação das mesmas, tendo o Senhor Presidente da Assembleia concordado com esta observação, deixando a decisão da mesma para depois do período de intervenções e dando a palavra ao participante seguinte.

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, iniciou a sua intervenção dizendo que iria fazer uma abordagem abrangente sobre o direito ao consumo e alimentação, tendo em consideração o objeto do seu partido Pessoas, Animais e Natureza. Afirmou que estes eram direitos de todos os invocados e que, considerando o estado do planeta, estes direitos estavam ameaçados.

Falou sobre o aumento da pobreza e exclusão social, incluindo a pobreza de pessoas que têm trabalho, mencionando alguns números e factos.

Disse que se iria focar numa proposta de maior apoio a todas as instituições envolvidas no combate à pobreza e exclusão.

Falou dos animais, referindo que o número de animais abandonados tem aumentado com a crise, deu dados sobre a alimentação destes e dos animais errantes, e referiu um possível reforço de apoio ao CROA – Centro de Recolha Oficial de Animais.

Passou depois ao tema Natureza, falando sobre a situação de seca e o que se poder fazer a prevenir, dando o exemplo de algumas medidas que poderiam ser implementadas no município, reconhecendo que já estaria a ser feito um esforço para mitigar a situação de seca existente.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que o PSD reconhecia a importância da temática abordada na sessão, os desafios existentes no atual sistema alimentar urbano e os desafios sociais, económicos e ambientais que levam a variações de preços e criam desigualdades.

Disse que os municípios deveriam ter como ponto central políticas de desenvolvimento saudável dos cidadãos, educação e apoio económico.

Referiu que, apesar do esforço económico implicado, o Executivo municipal tem feito um forte investimento de cariz social, ambiental, educacional e na saúde, com várias parcerias estabelecidas.

Disse que o PSD apoiaria estas medidas desde que devidamente enquadradas e sustentáveis.

Elisabete de Carvalho, do Grupo Municipal BE, referiu que as propostas apresentadas pelo seu Grupo nunca tentaram fazer concorrência ao Mercado do Bolhão, projeto que sempre apoiaram.

Falou depois sobre a plataforma Shop in Porto, dizendo que deveria ser mais inclusiva para ajudar a combater as grandes superfícies e propondo a redução de taxas de feiras e mercados, referindo mais uma vez que estas medidas não comprometeriam o papel do Mercado do Bolhão.

Propôs alargar o compromisso de aquisição por parte da Câmara de mais produtos locais e trazer para uma gestão interna as cantinas escolares.

Disse que aderir ao Pacto de Milão não seria assim tão estranho e que a constituição de um Conselho Municipal de Alimentação, alicerçada na Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional seria também uma boa ideia.

Referiu-se depois à proposta sobre a implementação por parte do Governo de medidas de combate à inflação através da regulação de preço de bens essenciais.

No respeitante à votação das propostas da CDU disse que votariam todas favoravelmente, exceto a recomendação «Pela Rápida Abertura do “Feiródromo”», na qual se

iriam abster, por não estarem certos da concordância com o modelo proposto, dando como exemplo o caso do Cerco, que correu mal.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, disse que admirava a capacidade do Presidente da Câmara do Porto em apresentar informações dos serviços muito relevantes para o debate, mesmo sem ter tido tempo suficiente para a leitura das propostas apresentadas.

Felicitou o Bloco de Esquerda por ter usado o seu direito regimental para debater um tema que considerou importante, porque os debates na Assembleia Municipal eram importantes para a cidade e os seus cidadãos.

Disse depois que as quatro propostas apresentadas pelo Grupo Municipal CDU se inseriam nesse espírito de contribuição para o debate e que abordavam três temas. O primeiro tema relacionado com as hortas municipais, lançadas durante o seu mandato como vereador, mas que só tiveram verdadeira expressão com o executivo de Rui Moreira, onde se conseguiu o apoio da Lipor. Mencionou alguns exemplos presentes na cidade do Porto, números, áreas e localização. Mencionou também as hortas comunitárias.

O segundo tema dizia respeito ao uso de equipamentos municipais como motor de facilitação da distribuição e comercialização de bens alimentares de produção local. Mencionou, a par dos vendedores do Bolhão, os vendedores do mercado de S. Sebastião, que no seu entendimento deveria ser reabilitado.

Falou depois do “Feiródromo” que foi apresentado pela Câmara como uma alternativa à Feira do Cerco e que deveria ser implementado rapidamente. Referiu-se a iniciativas como a “Feira da Cereja” como exemplo para outras iniciativas possíveis.

Disse que não quis intervir anteriormente, por não acreditar que a intervenção do Membro do Grupo Municipal Rui Moreira refletisse a posição da totalidade dos Membros do Grupo, no que respeita à opinião sobre a aquisição de bens alimentares à produção local versus custo mais baixo da produção internacional.

Demonstrou preocupação com a posição de Filipe Araújo, Vereador do Ambiente, Transição Climática e Inovação e Transição Digital, sobre os loteamentos usados para hortas urbanas e o seu potencial imobiliário. Disse também que se mostrava curioso com as palavras que Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal Rui Moreira iria proferir.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, disse que já tinha valido a pena realizar a Assembleia como meio de recolha de informação.

Relativamente aos aspetos relevantes da sessão, referiu que o tema central era a alimentação e não uma ação potestativa contra o Bolhão, até porque a sessão já estava definida antes da inauguração do mercado.

Disse que, apesar de importante, o Mercado do Bolhão não respondia a todas as necessidades da cidade.

Falou depois sobre a plataforma Shop in Porto e deu exemplos de como potenciar a mesma e reforçou o papel do município no encontrar de soluções.

Referiu-se depois às hortas urbanas e à sua duplicação dando exemplos de países onde existe um maior número de hortas por número de habitantes.

Terminou por dizer que estariam de acordo que as propostas fossem votadas ponto por ponto conforme proposto pelo Grupo Municipal PS.

Pedro Schuller, Membro do Grupo Municipal Rui Moreira, esclareceu que era de opinião que a economia deveria ser pujante, mas não era papel das instituições governativas escolher os melhores, antes sim dar condições para que as empresas possam singrar.

Referiu-se depois à ocupação do espaço dizendo que era necessário mais espaço para habitação e que as hortas para autoconsumo eram importantes, mas comprometiam a questão da habitação no município.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal, falou sobre as hortas urbanas em resposta à intervenção de Rui Sá, explicando alguns factos e dizendo que algumas pessoas

têm aproveitado terrenos livres para fazer cultivo, por vezes terrenos privados, que, a determinada altura, são novamente chamados ao seu proprietário, o que é normal. Deu o exemplo do parque Oriental em que existem hortas em terrenos municipais e privados, não edificáveis.

Respondeu depois a Susana Constante Pereira, dizendo que também conhece a realidade das hortas urbanas noutros países, dando o exemplo de Berlim, em que, depois da II Grande Guerra, a RDA aproveitou terrenos bombardeados para aí colocar hortas, referindo que no Porto não existem terrenos sobrantes.

Mencionou propostas recebidas relativas a aterros e depósitos de água, dizendo que era uma situação delicada em termos de saúde pública e que não podiam autorizar o cultivo nesses terrenos.

Deu a sua opinião sobre as entregas gratuitas nas plataformas digitais dizendo que resulta na destruição progressiva da cidade porque o Porto não quer ser uma cidade radiante, mas antes uma cidade que incentiva os munícipes a fazerem compras no comércio de proximidade, saindo à rua.

Falou depois dos parques concessionados como o Parque da Alfândega e em como estão a ser adaptados à micrologística, com cacifos para entrega de bens de consumo.

Continuando a referir-se à proposta do Grupo Municipal BE, teceu algumas considerações sobre “a cidade dos quinze minutos” como dinâmica do comércio local e da vida de uma cidade.

Nuno Cruz, Presidente da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitoria, agradeceu as propostas apresentadas pelo Grupo Municipal CDU sobre o Mercado de São Sebastião e disse que tinha passado grande tempo do seu tempo como Presidente a falar com os moradores, vendedores e utilizadores da freguesia para perguntar como achavam que poderia ser resolvido o problema do mercado.

Explicou que tinha feito uma sessão pública sobre o tema e disse que, tendo em conta a situação financeira da Junta de Freguesia, achava não ter outra solução que não a de entregar a gestão do mercado ao Executivo para que transformasse o mercado num caso de sucesso como fez com a Super Bock Arena e o Mercado do Bolhão.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal Rui Moreira, dirigiu-se a Susana Constante Pereira dizendo-lhe tinha começado por gostar da sua intervenção, principalmente a parte do poema de Ana Luísa Amaral, mas que depois disso achou que tinha ocupado o restante tempo de intervenção a falar sobre o que tinha ouvido na entrevista do Senhor Presidente da Câmara nessa tarde sobre o Bolhão.

Disse que as propostas apresentadas pelo Grupo Municipal BE, se aprovadas, seriam inimigas do Mercado do Bolhão, o mercado de todos os portugueses e não apenas da pessoa que instigou o projeto a acontecer, o Presidente da Câmara.

Referiu-se depois ao facto do Grupo Municipal BE estar sempre a propor a criação de Conselhos Municipais a propósito de vários temas e que, na sua opinião, não têm utilidade.

Falando depois sobre as hortas, considerou que as mesmas eram muito importantes na preservação do conhecimento, tradição e pedagogia, mas não na produção alimentar para a cidade, modelo que não considerou resultar.

Mencionou uma parte da proposta apresentada relativa à inflação, dizendo que a mesma foi provocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, situação que não tinha sido mencionada por algumas forças políticas devido a ideologias.

Falou seguidamente sobre a intervenção de Fernanda Rodrigues, do Grupo Municipal do PS, que tinha sido do seu agrado por falar do direito a uma alimentação saudável e à vida e pela referência passada à criação de um Programa Nacional da Alimentação Saudável, ocorrida a seguir à entrada da Troika em Portugal.

Afirmou depois estranhar os sentidos de voto do Grupo Municipal PS e disse que o mesmo deveria exigir mais medidas no plano de alimentação ao governo e não ao município.

Dirigiu-se ao Líder do Grupo Municipal CDU dizendo que o mesmo teria tido acesso a documentos que demonstram que o “Feiródromo” estará contemplado no orçamento de 2023, depois de uma possível aquisição de um terreno e lançamento dos procedimentos necessários.

Terminou referindo que propostas que não tivessem fundamento ou fossem contra o que tem sido feito pelos portuenses não teriam o apoio do Grupo Municipal Rui Moreira.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, afirmou não ter dito que o “Feiródromo” estaria em execução no final de 2022 e que agora viu esclarecido que só o estaria em 2023. Leu depois um excerto das “Viagens na minha terra”, de Almeida Garrett, sobre o lucro.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal Rui Moreira, referindo-se ao texto lido, perguntou se, com o mesmo, o Grupo Municipal CDU pretendia retirar as suas propostas.

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, passou à votação, chamando a atenção para o número de propostas, pontos e preâmbulos apresentados e a necessidade de decidir como se deveria proceder à votação.

Perguntou aos autores das propostas se concordavam com a proposta de votação do Grupo Municipal PS, tendo depois feito o mesmo com os restantes Grupos, ao que o PSD disse que apresentava a sua objeção a esta forma de votação.

Foi colocado à votação da Assembleia a forma de votação das propostas que foi rejeitada com 29 votos contra (20 RM + 9 PSD), 16 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 1 abstenção (CH).

Deu-se assim início à votação em bloco de cada uma das propostas submetidas, com os resultados seguintes:

1. **Recomendação “Por políticas locais promotoras de consumo sustentável e saudável ao nível da alimentação”** apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

NUD/535834/2022/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 40 votos contra (20 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 votos a favor (3 CDU + 3 BE).

2. **Recomendação “Por políticas Locais de Produção Alimentar que garantam o Direito à Alimentação”** apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

NUD/535876/2022/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 39 votos contra (20 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 CH), 4 votos a favor (3 BE + 1 PAN) e 3 abstenções (CDU).

3. **Proposta “Pelo Direito à Alimentação Digna”** apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

NUD/535884/2022/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 39 votos contra (20 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 CH), 3 votos a favor (BE) e 4 abstenções (3 CDU + 1 PAN).

4. **Recomendação “Por políticas locais de distribuição alimentar em prol do Direito à Alimentação Digna”** apresentada pelo Grupo Municipal Bloco de Esquerda.

NUD/535863/2022/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 39 votos contra (20 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 CH), 6 votos a favor (3 CDU + 3 BE) e 1 abstenção (PAN).

- 5. Recomendação «Pela Rápida Abertura do “Feiródromo”»** apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.
NUD/535908/2022/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 30 votos contra (20 RM + 9 PSD + 1 CH), 3 votos a favor (CDU) e 13 abstenções (9 PS + 3 BE + 1 PAN).

- 6. Recomendação “Incentivo Local ao Consumo de Produtos Alimentares Nacionais”** apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.
NUD/535922/2022/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 21 votos contra (20 RM + 1 CH), 16 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 9 abstenções (PSD).

- 7. Recomendação “Mercado de S. Sebastião”** apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.
NUD/535932/2022/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 21 votos contra (20 RM + 1 CH), 16 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 9 abstenções (PSD).

- 8. Recomendação “Hortas Urbanas”** apresentada pelo Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária.
NUD/535945/2022/CMP

Deliberação: Rejeitada, por maioria, com 30 votos contra (20 RM + 9 PSD + 1 CH) e 16 votos a favor (9 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN)

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS -

(Art.º 41.º Regimento)

Nome: Eduardo Ferreira de Sequeira

Assunto: Área do Urbanismo – Desenvolvimento de participação feita na loja do município relativa a Ocupação abusiva na via pública com esplanadas (NUP/64828/2022/CMP)

Eduardo Ferreira de Sequeira disse que queria manifestar o seu sentimento como cidadão do Porto, autarca e ativista e relatar situações que acha não estarem corretas.

Referiu-se a alguns assuntos apresentados no Gabinete do Município, aos quais poucas vezes teria tido resposta.

Disse depois que, juntamente com a sua família, eram os únicos residentes na Calçada Forno Velho, Freguesia de S. Nicolau, estando as restantes edificações ocupadas por Alojamento Local e uma Escola Primária.

Descreveu a rua e envolvente dizendo que por vezes eram verificadas situações decorrentes da vida noturna existente no local que colocavam em causa a salubridade pública, expressando a sua preocupação com a falta de limpeza na totalidade da rua por parte dos serviços camarários.

Falou depois sobre a difícil coexistência da passagem do elétrico com as esplanadas localizadas na zona do Largo Artur Arcos, causando vários constrangimentos na circulação do veículo, e da resposta da Câmara relativamente à exposição efetuada que não foi do seu agrado e concordância.

Referiu-se depois a um caso semelhante que acontecerá no Largo de S. Francisco, ao estado de conservação e limpeza da estátua do Infante D. Henrique e ao arranjo das lajes na zona da Alfândega e da Bolsa do Porto.

Disse que os requerimentos apresentados à Câmara nunca têm resposta.

Dirigiu-se aos Grupos Municipais para falar sobre o Grupo Musical de Miragaia e o acordo de financiamento existente com a Câmara Municipal do Porto, perguntando se a Assembleia o poderia esclarecer sobre a continuação do mesmo, não estando os estatutos da Associação a ser cumpridos há vários anos.

Sebastião Feyo de Azevedo, Presidente da Assembleia Municipal, informou o cidadão que as questões apresentadas diziam respeito ao Executivo e não tanto à Assembleia Municipal e que poderia inscrever-se para falar nas reuniões do mesmo, para as apresentar.

Disse que iria encaminhar, ainda assim, os assuntos apresentados ao órgão correspondente para tentar ajudar.

O Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Feyo de Azevedo, leu e **submeteu à votação a Minuta da Ata que foi aprovada, por unanimidade**, e encerrou os trabalhos da Sessão, eram 23h40m.

O Presidente da Assembleia Municipal



Sebastião Feyo de Azevedo

A Primeira Secretária



Isabel Menéres Campos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 24.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 19 de setembro de 2022.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 19 de setembro de 2022. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 24.^a reunião.

Deliberada em Sessão Ordinária de 26 de junho de 2023.

O Presidente

Sebastião Feyer de Azevedo

A 1.^a Secretária

Isabel Menéres Campos

A 2.^a Secretária

Sofia Pimenta